

<b>Introdução</b>	<b>03</b>
<b>Objetivos</b>	<b>04</b>
<b>Justificativa da área de conhecimento</b>	<b>05</b>
<b>Metodologia</b>	<b>06</b>
<b>Fonte de recursos</b>	<b>08</b>
<b>Cronograma de execução</b>	<b>09</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>10</b>

De acordo com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, o **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)** que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. Podem participar do PNCF trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudante de escolas agrotécnicas. Os potenciais beneficiários devem ter renda familiar anual variando entre R\$ 9mil até R\$ 30 mil e patrimônio entre R\$15 mil e R\$ 60 mil, dependendo da linha acessada. Devem ainda comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos e o agricultor não pode ser funcionário público, nem ter sido assentado ou ainda ter participado de algum programa que tenha recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária. Quem tiver sido dono de imóvel rural maior que uma propriedade familiar, nos últimos três anos ou tenha direito de ação e herança em imóvel rural também não pode ser atendido pelo Programa. O valor máximo do empréstimo é de R\$ 80 mil com juros de até 2% ao ano, sendo: 0,5% para a linha Combate a Pobreza Rural, para agricultores inscritos no CAD-Único; 1,0% para linha Nossa Primeira Terra, voltada para jovens rurais entre 18 e 29 anos; 2,0%, para os demais beneficiários. O pagamento é efetuado em até 20 anos, incluídos três de carência. Os pagamentos em dia e a terra negociada abaixo do preço recebem descontos de até 50%.

A agricultura familiar possui importante papel no agronegócio brasileiro, sendo responsável por mais de um terço da produção e três quartos da ocupação no campo. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 39,68% do valor bruto da produção agrícola foram produzidos por agricultores familiares. Em geral, estes agricultores possuem baixo nível de escolaridade e adotam como estratégia de negócio a diversificação dos produtos cultivados, numa tentativa de aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e a disponibilidade de mão de obra. Os principais programas de desenvolvimento agrário foram desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estão incluídos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Dessa forma, o objetivo central do PNCF é contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, pois, com a aquisição das terras, os agricultores poderiam produzir tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, aumentando efetivamente a renda familiar (Galindo et. al 2015). Segundo Janvry e Sadoulet (2010), a agricultura pode ser um instrumento importante para a redução da pobreza e mostram que existe uma relação inversa entre produção agrícola e pobreza. Contudo, como existem poucos estudos sobre a avaliação do impacto das políticas agrícolas e especificamente sobre o PNCF, há uma necessidade de entender melhor seus efeitos. A avaliação e o monitoramento das políticas agrícolas estão de acordo com os esforços de diversos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

## **OBJETIVOS**

---

Avaliar os indicadores sociais e econômicos do impacto do Crédito Fundiário nos assentamentos Brejão e Tabuleiro de Unaí-MG.

A origem da ocupação territorial brasileira, na época da colonização, gerou uma estrutura fundiária altamente concentrada, que foi consolidado com a aprovação da primeira lei de Terras Brasileira em 1850. Além disso, esta lei é considerada a origem do mercado de terras no Brasil, o que consequentemente vincula o acesso a terra a aquisição por meio do mercado (LIMA, 2011). Este fato restringe a demanda por terras no Brasil, uma vez que tem acesso a terra os indivíduos que tem recursos econômicos para sustentar tal demanda (NOZOE, 2006). As preocupações com os desequilíbrios sociais decorrentes desta concentração fundiária brasileira foram expressas ao longo da história brasileira nas diversas leis que visavam realizar a reforma agrária no Brasil. Logo, o PNCF surge como uma alternativa de suprir essa demanda e democratizar o acesso a terra.

Um dos poucos estudos que avalia os resultados do PNCF foi feito por Lima (2011), que estimou os impactos do programa no bem-estar das famílias beneficiadas pela linha de financiamento denominada CAF, que opera na região Sul do Brasil. Os impactos foram estimados com uma amostra de tratamento (beneficiários) e controle (não beneficiários), com entrevistas realizadas nos anos de 2007 e 2010, configurando uma estrutura de dados longitudinais. Por meio do método de dupla diferença – que controla por possível viés amostral –, o autor mostra que o PNCF apresenta efeitos positivos e estatisticamente significativos para as variáveis renda familiar total, renda familiar total per capita e patrimônio total. Constatou-se, também, um aumento importante na proporção de famílias beneficiadas que possuem casa própria após o período de tratamento do programa. A infraestrutura da moradia, em termos de acesso à rede coletora de esgoto, acesso à água e energia elétrica, porém, não mudou entre os períodos analisados. Assim, Lima (2011) conclui que existem indícios de que a linha de financiamento CAF na região Sul gerou impactos positivos no bem-estar das famílias beneficiadas.

No presente projeto, 49 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário (Associação do Brejão e Associação do Tabuleiro) a um ano, passam por diversas dificuldades, principalmente na geração de renda para o pagamento da parcela anual, gerando grande transtorno e preocupação a estas famílias. Atualmente, através de Contrato de Chamada Pública, a Cooperativa dos Agricultores Familiares da Fazenda Santa Maria – COOPERSAM irá fornecer a assistência técnica e social para as estas famílias, e o Instituto de Ciências Agrárias- ICA será parceiro em todo esse processo no qual é um grande desafio de inclusão social, beneficiando estas famílias através de atividades de extensão e educação, ajudando na geração de renda e pagamento da terra.

Serão realizadas visitas nos dois assentamentos, utilizando questionário estruturado com as seguintes perguntas: Pessoas que vivem/trabalham na propriedade; Possui Pronaf A; Possui Benefício do Governo; Número de filhos; Alteração na renda após tomar posse da propriedade; Beneficiário possui renda extra; Principal motivo de ter feito Crédito Fundiário; Como classifica forma de pagamento do Crédito Fundiário e principais dificuldades para se realizar o pagamento do crédito fundiário elencadas em ordem crescente. A participação do público alvo do projeto foi em conjunto com os membros do mesmo, ou seja, participativo, respeitando as famílias e suas particularidades, no qual os membros do projeto foram facilitadores das ações propostas, de forma ética e dialogada, utilizando as metodologias participativas de extensão rural – MEXPAR, descrita abaixo segundo Ruas, 2006.:

O MEXPAR para o desenvolvimento sustentável é uma ferramenta que contribui para a ruptura do modelo tecnicista da grande maioria dos extensionistas, atuando através da insistência técnica. O MEXPAR apresenta de forma objetiva e didática uma estratégia de trabalho emancipadora que possibilita efetivamente, com a sua aplicação, o protagonismo dos agricultores e agricultoras no processo de desenvolvimento.

A metodologia participativa definida na Política Nacional de ATER privilegia os processos participativos de promoção ao desenvolvimento rural apoiados em conceitos como desenvolvimento sustentável, agroecologia, equidade social, participação, educação popular, empoderamento, gênero, geração e etnia.

Esta metodologia foi reelaborada a partir de uma concepção educativa (Figura 1), que considera extensionistas e agricultores protagonistas de uma ação transformadora, na qual os extensionistas assumem o papel de mediadores do processo de mudança, e as agricultoras e agricultores familiares o de sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Essa metodologia tem como principal objetivo propiciar aos extensionistas a vivência de um processo metodológico, fundamentado nos princípios da participação, da dialogicidade e troca de saberes, do planejamento participativo e da gestão social, capaz de orientar a sua prática junto aos agricultores familiares e outros atores sociais na implementação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Esta metodologia, utiliza como referencial teórico, as relações educativas estabelecidas no processo de produção do conhecimento, agregando os princípios teóricos da Epistemologia Genética de Jean Piaget, nas referências teóricas e filosóficas do método pedagógico de Paulo Freire de educação de adultos e na didática “aprender a aprender”, de Pedro Demo. O exercício dessa sistematização apoia-se na necessidade sentida de alicerçarmos a prática extensionista num aporte teórico – explicativo e orientador – que contribua para uma ação continuamente refletida e, portanto, reformulada na perspectiva do compromisso da extensão rural contemporânea com as mudanças sociais e a necessidade de uma prática educativa coerente com os princípios do desenvolvimento sustentável.



Fonte: (Ruas, 2006)

Figura 1: Esquema da Metodologia Participativa

Após as entrevistas, os dados coletados serão organizados em uma planilha, utilizando o programa Microsoft Excel, para análise dos resultados.

## **FONTE DOS RECURSOS**

---

Serão utilizados os recursos do Projeto Pibex nº 292254.1618.228539.26012018

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Descrição das Atividades	Meses de execução											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
2. Reunião com os responsáveis pelo assentamento	X											
3. Visitas Técnicas para realização das entrevistas			X	X	X	X	X	X	X	X		
4. Tabulação e análise dos dados			X			X			X		X	
5. Redação e publicação dos resultados											X	
6. Redação do Relatório final												X

1. Atividades de revisão bibliográfica serão realizadas durante todo o período de execução do projeto para melhorar continuamente o conhecimento do bolsista sobre os temas envolvidos no mesmo;

2. Reunião junto com os os responsáveis pelo assentamento;

3. Visitas nas propriedades: O bolsista será responsável pelo agendamento e realização das entrevistas.

4. Tabulação e análise dos dados;

5 e 6. Redação dos resultados: O bolsista terá a responsabilidade de redigir os resultados do trabalho, o qual irão ser submetidos ao crivo do orientador e demais membros da equipe, visando o aprendizado da redação por parte do bolsista.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

GALINDO, E., RESENDE, M.G. ,CASTRO DE, C., CRAVO, T.A. Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): Uma Avaliação de Seus Impactos Regionais. Texto para Discussão 2042, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, fevereiro de 2015.

JANVRY, A.; SADOULET, E. Agricultural growth and poverty reduction: additional evidence. **The World Bank research observer**, v. 25, n. 1, p. 1-20, 2010.

LIMA, D. F. P. **Avaliação de impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário na região Sul do Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2011.

NOZOE, N.H. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista ANPEC**, Brasília, v.7, p. 587-605, 2006.

RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006. 134 p.